



CONGRESSO NACIONAL

MPV-449

00368

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
10/12/2008proposição
Medida Provisória nº 449, de 03 de Dezembro de 2008Autor
Deputado Wandenkolk Gonçalvesnº do prontuário
0321 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber, o seguinte artigo á Medida Provisória 449/2008:

"Art. - As alíneas "a" e "b", do inciso II, art. 8º da Lei 11.775 de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar com as seguintes redações:

'Art. 8º

II -

a) prazo de reembolso: 10 (dez) anos, com amortizações em parcelas anuais;

b) encargos financeiros: aplicação da taxa efetiva de juros de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano com bônus de adimplência de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) na taxa de juros devidos, mantidas as demais condições pactuadas."

Recebido em 10/12/2008 às 18:09
Consuelo / Mat. 42678

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Lei 11.775/08 estipula pagamentos semestrais ou anuais na renegociação da DAU. No entanto, na maioria das culturas, a renda propiciada é anual. A renda propiciada pela atividade de grãos é concentrada na safra de verão e as receitas de inverno nem sempre são líquidas e certas, devido aos problemas climáticos e a falta de seguro rural. Além disso, a safra de inverno não ocorre em todo o país. A renda do café também é anual. Como não há mecanismo de prorrogação dessas parcelas das renegociações na DAU, é preferível garantir o pagamento anual e eliminar os vencimentos semestrais.

Atualmente, os encargos financeiros para financiamento da Dívida Ativa da União, são baseados na taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Indexar os encargos financeiros da renegociação com a taxa Selic é incompatível com o perfil da dívida e a renda da atividade dos produtores rurais. Atualmente, a Selic em 13,75% ao ano tornará a renegociação impagável.

A alteração, na alínea b, inciso II do artigo 8º da Lei 11.775/2008, para juros de 7,5% ao ano, com direito ao bônus de adimplência de 3,75%, é proposto para dar tratamento isonômico para dívidas similares.

Outras dívidas de perfil idêntico ao que originou a entrada de produtores rurais na Dívida Ativa da União, têm taxas significativamente menores das estipuladas na MP. Funcafé Dação (3,75%), Securitização e Pesa (3% a 5%).

PARLAMENTAR

Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA)

